



RELATÓRIO INFRAESTRUTURA



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

DESTAQUES DO MÊS

Consumo comercial e automotivo de gás cresce, mas diminui na indústria



A greve dos caminhoneiros ocorrida nas duas últimas semanas de maio trouxe reflexos positivos para o mercado de gás natural, com expectativa de crescimento nos próximos meses. De acordo com dados da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás), enquanto a indústria sentiu os efeitos da paralisação, os segmentos automotivo e comercial tiveram impacto positivo no consumo do energético. O consumo de gás natural veicular (GNV) em maio foi de 5,9 milhões de metros cúbicos diários, com crescimento de 13,9% ante igual período do ano anterior e de 1,6% em relação a abril. O Gerente de Estratégia e Competitividade da Abegás, Marcelo Mendonça, afirma que a greve dos caminhoneiros foi uma sinalização da fragilidade que o Brasil apresenta na logística de abastecimento, e o mercado de GNV não foi interrompido durante a greve porque é atendido por gasodutos. De acordo com dados da ANP, o consumo de combustíveis em maio (9,9 bilhões de litros) caiu 13%, ante igual período do ano passado. Foi o pior mês de maio desde 2010 e o menor volume mensal desde fevereiro de 2012. Segundo Mendonça, a expectativa é que o aumento do consumo se repita nos próximos meses, devido ao crescimento das conversões de veículos para rodar com GNV, motivadas pela greve. A associação observou um crescimento de 60% a 70% das conversões após a paralisação dos caminhoneiros. A mesma perspectiva, explicou ele, vale para o segmento comercial, principalmente por necessidade de shopping centers e hospitais de ter um fornecimento seguro de energético, sem correr risco de desabastecimento de diesel. Como já esperado, o segmento industrial reduziu o consumo de gás em maio, devido à menor atividade provocada pela greve. Em maio, as indústrias consumiram 27,1 milhões de metros cúbicos diários, com queda de 2,6%, em relação a igual mês de 2017 e de 3,6% na comparação com abril. (Baseado em Valor Econômico – 05.07.2018).

comercial tiveram impacto positivo no consumo do energético. O consumo de gás natural veicular (GNV) em maio foi de 5,9 milhões de metros cúbicos diários, com crescimento de 13,9% ante igual período do ano anterior e de 1,6% em relação a abril. O Gerente de Estratégia e Competitividade da Abegás, Marcelo Mendonça, afirma que a greve dos caminhoneiros foi uma sinalização da fragilidade que o Brasil apresenta na logística de abastecimento, e o mercado de GNV não foi interrompido durante a greve porque é atendido por gasodutos. De acordo com dados da ANP, o consumo de combustíveis em maio (9,9 bilhões de litros) caiu 13%, ante igual período do ano passado. Foi o pior mês de maio desde 2010 e o menor volume mensal desde fevereiro de 2012. Segundo Mendonça, a expectativa é que o aumento do consumo se repita nos próximos meses, devido ao crescimento das conversões de veículos para rodar com GNV, motivadas pela greve. A associação observou um crescimento de 60% a 70% das conversões após a paralisação dos caminhoneiros. A mesma perspectiva, explicou ele, vale para o segmento comercial, principalmente por necessidade de shopping centers e hospitais de ter um fornecimento seguro de energético, sem correr risco de desabastecimento de diesel. Como já esperado, o segmento industrial reduziu o consumo de gás em maio, devido à menor atividade provocada pela greve. Em maio, as indústrias consumiram 27,1 milhões de metros cúbicos diários, com queda de 2,6%, em relação a igual mês de 2017 e de 3,6% na comparação com abril. (Baseado em Valor Econômico – 05.07.2018).

PAINEL

ANEEL abre Consulta Pública visando colher subsídios para o Projeto de Consolidação e Aperfeiçoamento da Regulamentação dos Serviços de Transmissão.

ANEEL abre Consulta Pública juntamente com a Superintendência de Regulação dos Serviços de Transmissão, com o objetivo de aperfeiçoar, simplificar e consolidar a regulação, propondo a inclusão na Agenda Regulatória 2018-2019 do Projeto de Consolidação da Regulamentação dos Serviços de Transmissão.

Saiba mais em www.aneel.gov.br

Leilão pode gerar R\$ 1,8 trilhão em tributos

Se o Governo conseguir realizar o megaleilão do óleo excedente dos campos da área da cessão onerosa, na Bacia de Santos, poderá render aos cofres públicos uma arrecadação da ordem de R\$ 1,8 trilhão em tributos e *royalties* ao longo dos 30 anos do período da concessão. A estimativa foi apresentada pelo Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Décio Oddone, em evento na Firjan. Segundo Oddone, considerando que o volume estimado do excedente do óleo na cessão onerosa seja de pelo menos 10 bilhões de barris de petróleo, será necessária a instalação de 17 sistemas de produção. Para a realização do megaleilão ainda neste ano é necessário, contudo, que o Governo Federal e a Petrobras cheguem a um acordo nas negociações que vêm mantendo sobre o contrato da cessão onerosa. Por meio deste mecanismo, em 2010 o Governo concedeu à Petrobras o direito de explorar, sem leilão, reservas de 5 bilhões de barris de petróleo. As duas partes estão discutindo os valores. Só quando a negociação for concluída é que o Governo poderá realizar um leilão com as reservas excedentes da área. *(Baseado em O Globo – 06.07.2018).*

Medida Provisória estabelece novas regras para saneamento básico no País

O Governo publicou uma medida provisória (MP) que atualiza as regras para o saneamento básico no País. O texto determina que a Agência Nacional de Águas (ANA) passe a instituir as normas de referência regulatória do setor no caso das cidades que quiserem receber serviços ou recursos do Governo Federal. Ao mesmo tempo, a expectativa é que a MP traga segurança jurídica suficiente para garantir investimentos privados na área. Segundo o Ministério das Cidades, a medida institui as normas



que possibilitam que investimentos em saneamento sejam feitos por meio de parcerias público-privadas. A ANA deverá estabelecer padrões nacionais de qualidade e eficiência na prestação do serviço, e regulação tarifária do setor. O órgão também deverá padronizar os instrumentos de negociação de prestação de serviços públicos de saneamento básico e a redução progressiva da perda de água. A regularização da Agência deverá estimular, segundo a MP, “a livre concorrência, a competitividade, a eficiência e a sustentabilidade econômica na prestação dos serviços”, e promover a cooperação entre os entes federativos com vistas à prestação dos serviços de forma adequada e eficiente. “O acesso aos recursos públicos federais ou à contratação de financiamentos com recursos da União ou com recursos geridos ou operados por órgãos ou entidades da administração pública federal, quando destinados aos serviços de saneamento básico, será condicionado ao cumprimento das normas de referência nacionais para a regulação da prestação dos serviços públicos de saneamento básico estabelecidas pela ANA”, diz o texto da MP. *(Baseado em O Globo – 09.07.2018).*

Secas se espalham pelo País e 59% das cidades não se previnem contra desastre

Diferentemente do que se costuma imaginar, os episódios de escassez de chuvas não estão restritos ao Nordeste. Pelo contrário, são bem distribuídos por todo o País. Mesmo assim, a maioria dos municípios brasileiros (59%) não apresenta nenhum instrumento voltado à prevenção de desastres naturais e apenas 14,7% tinham no ano passado um plano específico de contingência e/ou prevenção à seca. “Pensando sob o ponto de vista do abastecimento das cidades, o semiárido do Nordeste tem a situação mais crônica. Mas temos diversas outras regiões em que estamos no limite da pressão na relação oferta versus demanda”, diz o Superintendente de Planejamento de Recursos Hídricos da Agência Nacional das Águas (ANA), Sérgio Ayrimoraes. “Várias regiões metropolitanas estão pressionadas, porque cresceram, e os investimentos não vieram para que a oferta de água fosse adequada à demanda”, ressalta o Superintendente. Ele aponta ainda conflitos pela água em vários locais, como na área do São Francisco. Segundo a publicação do IBGE, entre 2013 e 2017 praticamente a metade dos 5.570 municípios brasileiros (48,6%) registrou algum episódio de seca. A maior parte se concentra no Nordeste, mas há municípios enfrentando escassez de chuva em todas as regiões. Esta é a primeira vez que o IBGE aborda a questão das secas no âmbito das administrações municipais e estaduais. Por isso, não há série histórica a acompanhar. Embora a seca seja o problema mais comum, 31% dos municípios registraram casos de alagamentos, 27,2% de enxurradas, 19,6% de erosão e 15% de deslizamentos. Até o mês passado, o Governo Federal reconhecia situação de emergência pela seca em 184 cidades de Minas Gerais, Bahia, Paraíba, Piauí, Ceará, Goiás e Pará. Entre os Estados, pela décima vez consecutiva, o Governo do Rio Grande do Norte renovou, em junho, o estado de emergência provocado pela escassez hídrica. Segundo levantamento do Executivo, a cada ano de estiagem os prejuízos à economia giram em torno de R\$ 4,3 bilhões. Dos 167 municípios potiguares, 134 estão em situação de emergência, reconhecida pelo Governo Federal. *(Baseado em Estadão – 06.07.2018).*

Após venda de distribuidoras, Eletrobrás quer voltar a leilões

A Eletrobrás pretende voltar a participar de leilões de contratação de energia nova e de linhas de transmissão, caso a privatização de suas seis distribuidoras seja bem-sucedida. Segundo o Presidente da Estatal, Wilson Ferreira Júnior, sem as distribuidoras, previstas para ir a leilão no fim de julho, a Companhia poderá focar nas atividades-fim, de geração e transmissão. “A Eletrobrás poderá focar nas atividades de geração e transmissão, definidas no plano estratégico, permitindo concluir usinas e linhas de transmissão e retomar perspectivas de novos investimentos nessas áreas nos próximos leilões”, disse o Executivo. A Câmara aprovou o texto-base do projeto de lei que

viabiliza financeiramente as distribuidoras da Eletrobrás para a venda. Após a votação dos destaques, prevista para a semana de 9 a 15 de julho, o texto será encaminhado ao Senado, para nova votação. No dia da aprovação do texto-base, as ações da Eletrobrás registraram ganhos expressivos, diante da expectativa de aprovação pela Câmara. Mas, como os destaques ficaram para a semana citada, as incertezas sobre a realização de um leilão bem-sucedido voltaram a pesar. Os papéis ON e PN da elétrica fecharam o pregão de ontem com queda de 8,6% e 6,15%, respectivamente. *(Baseado em Valor Econômico – 06.07.2018).*

Produção de petróleo recua 0,8% no ano



A produção nacional de petróleo subiu 0,4% em maio, frente a abril, para uma média de 2,607 milhões de barris diários, informou a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Na comparação com igual período do ano passado, houve redução de 1,7% no volume produzido. Em 2018, a produção acumula queda de 0,8% nos cinco primeiros meses do ano, média de 2,598 milhões de barris diários. A Petrobras foi responsável por 75% do volume de óleo produzido no mês retrasado, com participação de mercado 2,9 pontos percentuais abaixo do registrado em maio de 2017. Os dados da ANP mostram que, enquanto o pré-sal cresce mês a mês, a produção no pós-sal caiu 1,9% em maio, na comparação com abril. Frente a maio do ano passado, a queda é de 17,6%. Lula, na Bacia de Santos, foi o maior campo de óleo e gás natural, tendo produzido uma média, 872 mil barris/dia e 37,4 milhões de m³ /dia de gás natural. Os campos marítimos representaram 95,7% da produção de petróleo e 83,1% do volume de gás natural. *Baseado em Valor Econômico – 04.07.2018).*

1. ENERGIA ELÉTRICA

1.1. Previsão para Entrada em Operação de Novos Geradores – Quadro Geral (ANEEL)

**Previsão para Entrada em Operação (em MW)
de 15 de junho de 2018 até 31 de dezembro de 2022**

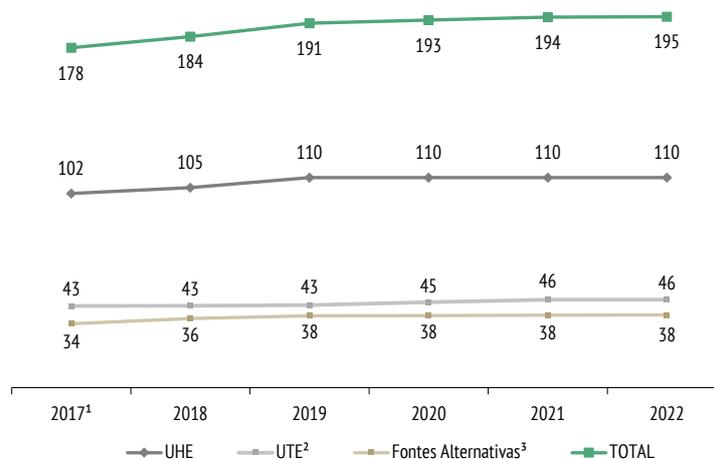
Usinas Hidrelétricas (UHE)						
Cenário	2018	2019	2020	2021	2022	Σ
Conservador	1.350	5.236	0	32	0	6.618
Otimista	1.350	5.236	0	32	71	6.689
Usinas Termelétricas (UTE)						
Cenário	2018	2019	2020	2021	2022	Σ
Conservador	116	352	1.516	1.299	50	3.333
Otimista	116	828	2.081	1.305	50	4.379
Fontes Alternativas - PCHs, Biomassa, Eólica e Fotovoltaica (F.A.)						
Cenário	2018	2019	2020	2021	2022	Σ
Conservador	1.762	1.262	82	33	20	3.160
Otimista	1.762	2.488	758	1.102	323	6.432
Somatório de UHE, UTE e F.A.						
Cenário	2018	2019	2020	2021	2022	Σ
Conservador	3.228	6.851	1.598	1.364	70	13.110
Otimista	3.228	8.551	2.839	2.438	444	17.500

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, aumento de 1,3% ao ano na capacidade total de geração elétrica do País, considerando o período entre 15 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2022.

No cenário otimista, a previsão de expansão é de aproximadamente 17,5 mil MW no período 2018-2022. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 1,9% ao ano.

Fonte: Elaboração própria com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)
Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação.
Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.

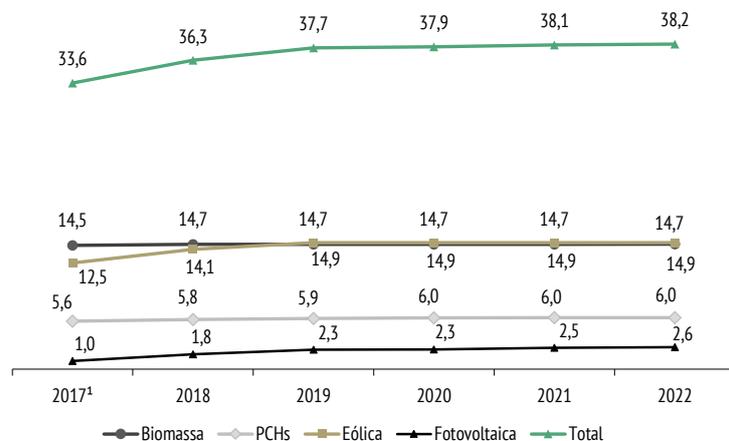
Previsão da Capacidade Instalada* (GW) Cenário Conservador



Fonte:
Elaboração própria com dados da Aneel.

Notas:
¹ Capacidade Instalada em 31/12/2017.
² UTEs movidas a carvão, gás natural, diesel e óleo combustível.
³ PCHs, UTEs movidas a biomassa, eólicas e fotovoltaicas.
* Excluídas as Centrais Nucleares.

**Previsão da Capacidade Instalada - Fontes Alternativas (GW)
Cenário Conservador**



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.
¹ Capacidade Instalada em 31/12/2017.

A estimativa conservadora de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica, em 2018, é superior à estimativa de crescimento do PIB elaborada pela CNI, respectivamente, 3,3% e 2,6%.

Entre 2018 e 2022, no cenário conservador, estima-se o crescimento de 8,2% da capacidade instalada no Brasil de usinas hidrelétricas (UHEs). O crescimento da geração térmica (UTEs), também no cenário conservador, deve ser de 7,8% no mesmo período. Em dezembro de 2017, a participação das UHEs foi de 57% na matriz elétrica nacional (desconsiderando as centrais nucleares) e deve permanecer no mesmo patamar até 2022. A participação na capacidade total instalada das UTEs foi de 24% em 2017 e deve se manter no mesmo patamar até 2022.

A participação das usinas térmicas a biomassa deve se manter em 8% e a participação das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) deve se manter em 3% até 2022. A previsão conservadora para a participação das usinas eólicas (EOL) na capacidade total instalada, em 2022, passará de 7% para 8%, enquanto as usinas solares fotovoltaicas representaram 1% e deve manter o mesmo valor até 2022.

1.1.1. Geração Hidrelétrica e Termelétrica

A previsão otimista prevê a entrada em operação de 6,7 mil MW de UHEs até 2022 e a previsão conservadora prevê uma entrada de 6,6 mil MW para o mesmo período. Em outras palavras, cerca de 99% da potência prevista não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

Em relação às termelétricas, prevê-se a entrada em operação no cenário otimista de 4,4 mil MW até 2022. Cerca de 76% dos empreendimentos não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

1.1.2. Geração a partir de Fontes Alternativas

No cenário conservador, a contribuição das PCHs deverá ser de 350 MW de potência adicional até 2022. Já no cenário otimista, até 2022, devem entrar em operação um total de 1,3 mil MW. As usinas à biomassa devem acrescentar, no cenário conservador, 123 MW até 2022. No cenário otimista, a contribuição adicional total dessa fonte pode chegar a 552 MW para o mesmo período.

Apesar da alta capacidade prevista para entrada em operação de eólicas no cenário otimista de 3,2 mil MW, apenas 58% da potência (1,9 mil MW) não apresenta restrições para entrada em operação até 2022. Até 2022, as usinas solares fotovoltaicas têm previsão otimista de entrada em operação 1,3 mil MW e 828 MW para o cenário conservador.

Nos anos 1950 a capacidade geradora da Região Centro Sul do Brasil requeria substancial ampliação sob pena de enfrentar crise de suprimento poucos anos depois. O descompasso entre a capacidade em construção e a demanda prevista, frente ao acelerado ritmo de crescimento industrial do País, acentuava a necessidade de dar início imediato a obras que agregassem pelo menos 1.000 MW de capacidade geradora à Região. O número representava quase um terço da capacidade total instalada no País. Começava o aproveitamento em grande escala do potencial do Rio Grande.

O que dizer da instalação de usinas de grande porte em países ou regiões de desenvolvimento relativamente menor? Como exemplo do que possa significar a implantação de uma grande usina hidrelétrica no contexto energético de um país em desenvolvimento, veja-se o caso do Uruguai. No país platense a população é de 3,43 milhões de habitantes. Se o consumo de energia elétrica per capita cifrava 2,03 MWh/ capita no ano 2000 atingiu 3,19 MWh/ capita em 2015. O consumo per capita no Brasil em 2016 era de 2,23 MWh/ habitante.

A fração de combustíveis fósseis na geração de eletricidade, que era de 56% em 1979, registrou apenas 11% em 2015. A proporção de fontes renováveis na geração, de 89% em 2015, permaneceu elevada na comparação com os demais países latino americanos. O mais importante marco energético nesse lapso de tempo foi a entrada em serviço da usina hidrelétrica de Santo Grande, que hoje atende a 50% da energia utilizada no Uruguai.

Situada no curso médio do Rio Uruguai, a montante das cidades de Concordia e Salto, a usina é formada por uma barragem central de concreto e duas barragens de terra, cuja construção demandou 60 mil ton de ferro e 1,5 milhão m³ de concreto. O vertedouro pode desaguar 58 mil m³ por segundo. A central pode turbinar cerca de 8,5 mil m³ por segundo nas suas 14 unidades de 135 MW de potência. A capacidade instalada de Salto Grande monta a 1.890 MW, podendo gerar em média 6.700 GWh por ano. A última unidade geradora entrou em operação em 1983. O espelho d'água ocupa 780 km² e dista cerca de 450 km de Buenos Aires.

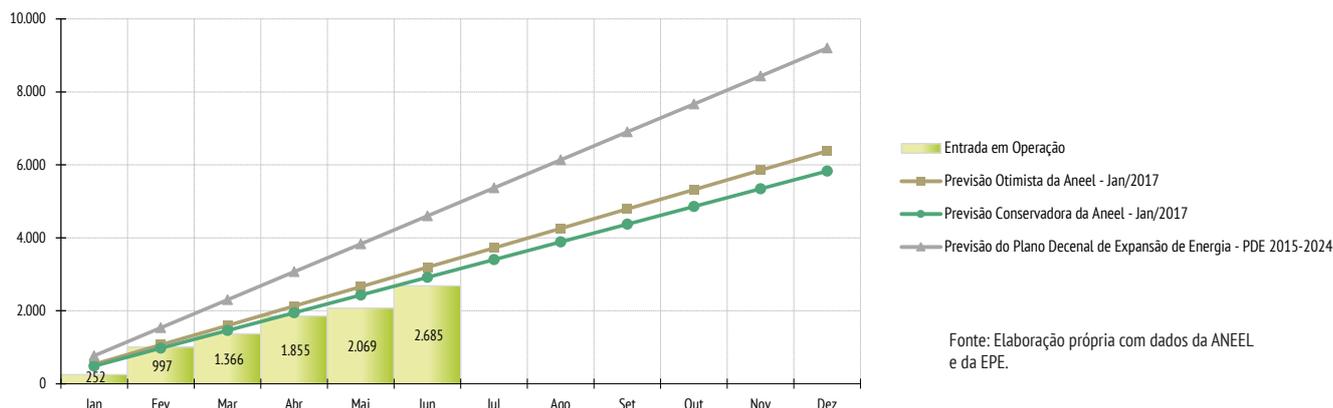
Tal como Itaipu, Salto Grande é empreendimento binacional. Sua produção se divide em partes iguais para Argentina e Uruguai. Atende em média a 7% da carga argentina. Já em 1966 o sistema elétrico brasileiro liga-se aos dois outros por meio de linhas em 500 kV. O Uruguai conta com 4,1 GW de capacidade total instalada. Cabe destacar que em 2017 a produção de energia elétrica de origem hídrica cifrou 8,3 TWh. A oferta total atingiu 13,7 TWh. A dimensão energética brasileira é incomparavelmente maior, tendo o País registrado em 2016 a geração total de 578,9 TWh. De todo modo, o Uruguai se tornou exportador de energia à Região, ao preço médio de US\$ 86/ MWh.

O empenho uruguaio na via renovável não esmoreceu. Consta que em março deste ano o “vento venceu a água pela primeira vez”. Durante o mês, a energia eólica tornou-se a primeira fonte de geração de eletricidade no país, explicando 41% da oferta. A contribuição hídrica foi de 39%.

11.3. Expansão da Capacidade de Geração

O gráfico apresentado a seguir ilustra os acréscimos mensais de capacidade geradora no sistema interligado nacional. As linhas representam uma média teórica de entrada uniforme de capacidade geradora para que a previsão seja atingida.

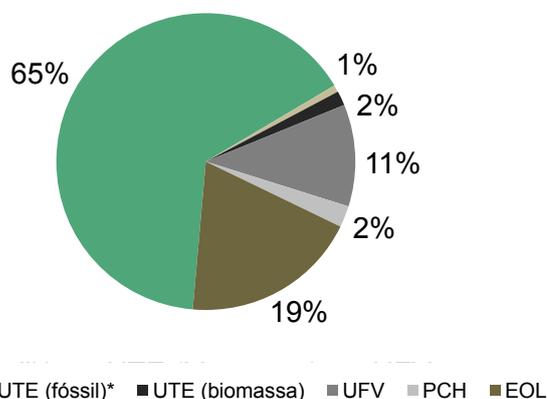
Expansão da Capacidade de Geração em 2018 (MW) De 1º de janeiro a 15 de junho de 2018



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL e da EPE.

Em 2018, até 15 de junho, entraram em operação 2.685 MW. Desse total, as UHEs representaram 65% da potência total que entrou em operação totalizando 1.747 MW. As EOLs representaram 19%, totalizando 514,7 MW. As UFVs representaram 11% (298,2MW), as PCHs apenas 2% (63 MW), enquanto Biomassa representou 2% e UTE fósseis 1% da potência total instalada.

Distribuição da Capacidade Instalada por Tipo de Usina (%) De 1º de janeiro a 15 de junho de 2018



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.
* Inclui UTEs a óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão.

1.2. Consumo de Energia Elétrica (EPE)

O mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em maio de 2018, 39.144 GWh, apresentando valor 3% superior ao observado em maio de 2017.

O consumo industrial de energia elétrica foi de 14.048 GWh, valor 4% superior ao observado no mesmo mês de 2017. O consumo industrial de energia elétrica representou 36% do total de energia elétrica consumida em maio de 2017.

No que tange ao comportamento do consumo em maio, embora grande parte dos indicadores econômicos e setoriais tenham sido negativos,

principalmente em função da greve dos caminhoneiros nas duas últimas semanas do mês, a explicação para o aumento observado no consumo no período é atribuída ao fato das estatísticas envolverem, em alguns casos, a demanda de eletricidade realizada em abril – de todo o mês, no caso do consumo livre ou de parte do mês, dependendo do calendário de faturamento, no caso do consumo cativo – quando muitos dos indicadores foram positivos. Todavia, a tendência é que o consumo de junho a ser apurado pela EPE no próximo mês, e que envolverá o consumo realizado em maio, capture mais a influência negativa da greve dos caminhoneiros, ocorrida no final daquele mês.

Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)

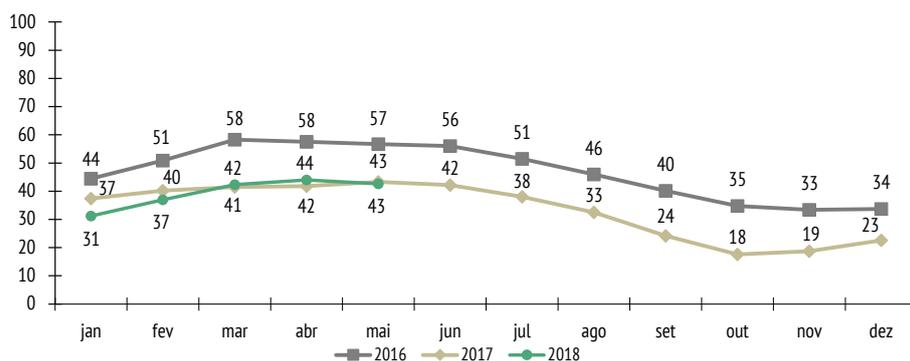
Classe	Maio	Maio	Var.	Jan-Mai	Jan-Mai	Var.
	2017	2018	%	2017	2018	%
Residencial	11.010	11.229	2	57.340	58.190	1,5
Industrial	13.496	14.048	4	67.941	70.051	3
Comercial	7.199	7.473	4	38.279	38.471	0,5
Outras	6.250	6.394	2	31.979	31.784	-0,6
Total	37.955	39.144	3	195.539	198.496	2

Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

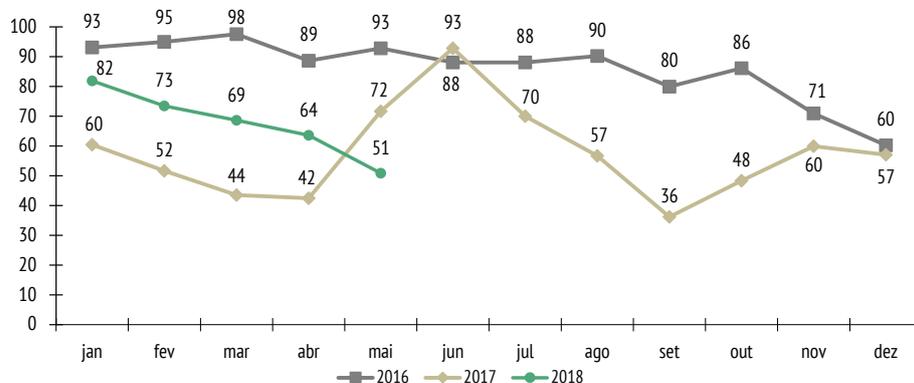
1.3. Energia Armazenada Verificada (ONS)

Em maio de 2018, as regiões Norte e Nordeste apresentaram energia armazenada acima do valor do mesmo mês do ano anterior. A região Sul apresentou energia armazenada 21 pontos percentuais inferior à apresentada em maio de 2017, e 13 pontos abaixo do mês anterior. Em maio de 2018, as regiões Sudeste e Centro-Oeste apresentaram energia armazenada igual à verificada no mesmo mês de 2017. A região Nordeste apresentou pequena baixa em relação ao mês anterior, tendo a energia armazenada verificada de 40% em maio de 2018, 22 pontos superior em relação à verificada em janeiro de 2018.

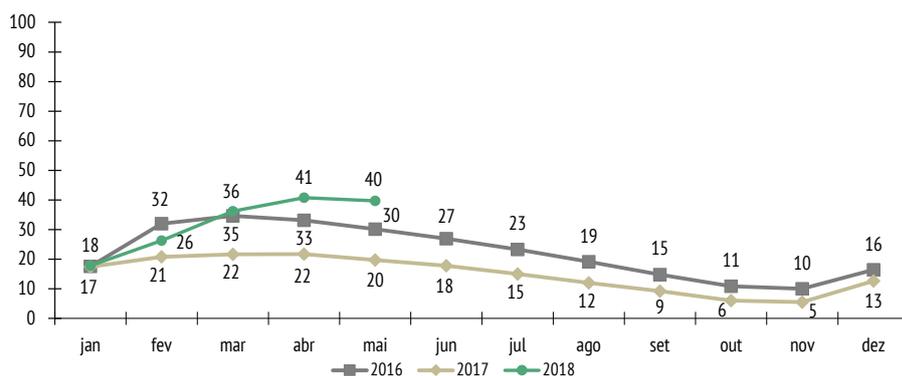
**Energia Armazenada Verificada
Sudeste e Centro-Oeste (%)**



**Energia Armazenada Verificada
Sul (%)**

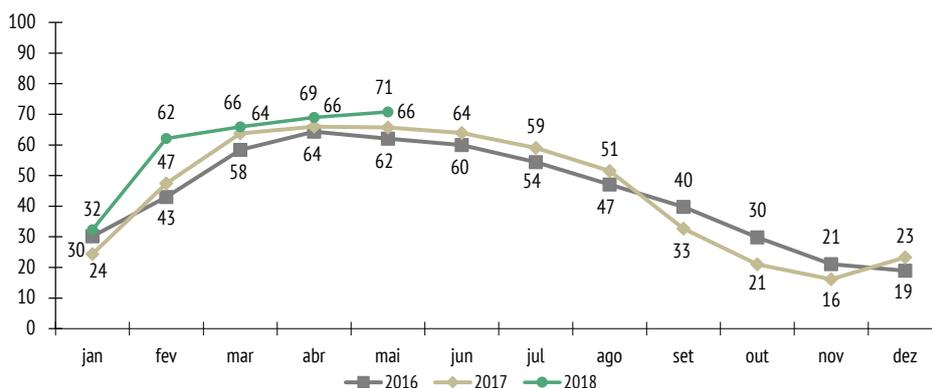


**Energia Armazenada Verificada
Nordeste (%)**



Energia Armazenada Verificada Norte (%)

Fonte: Elaboração própria com dados do ONS.



1.4. Preço de Liquidação das Diferenças (CCEE)

O Preço de Liquidação das Diferenças - PLD é utilizado para valorar a compra e a venda de energia no mercado de curto prazo. O PLD é um valor determinado semanalmente para cada patamar de carga com base no custo marginal de operação, limitado por um preço máximo e mínimo vigentes para cada período de apuração e para cada submercado. Os intervalos de duração de cada patamar são determinados para cada mês de apuração pelo ONS e informados à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, para que sejam considerados no sistema de contabilização e liquidação. Em 2018, o PLD mínimo e máximo são, respectivamente, R\$ 40,16 e R\$ 505,18/MWh.

Na quarta semana de maio de 2018, o PLD atingiu R\$ 348,43 para carga média e pesada e R\$ 327,41 para carga leve para as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul. As regiões Norte e Nordeste atingiram R\$ 201,88 para todas as cargas. Todas regiões atingiram valor abaixo do determinado para 2018.

Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (R\$/MWh) Semana 4 - Maio 2018 (Período: 19/05/2018 a 25/05/2018)

Carga	Sudeste/Centro-Oeste	Sul	Nordeste	Norte
Pesada	348,43	348,43	201,88	201,88
Média	348,43	348,43	201,88	201,88
Leve	327,41	327,41	201,88	201,88

Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE

O cálculo da média mensal do PLD por submercado considera os preços semanais por patamar de carga leve, média e pesada, ponderado pelo número de horas em cada patamar e em cada semana do mês, para todas as Regiões. No mês de maio de 2018, as regiões Sudeste/Centro-Oeste e Sul apresentaram uma variação do PLD médio 21% abaixo da verificada em maio de 2017. A região Nordeste apresentou a maior baixa, com uma queda de 49% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (R\$/MWh) Mensal

Região	Maio	Maio	Variação (%)
	2017	2018	
Sudeste/Centro-Oeste	411,49	325,46	-21
Sul	411,49	325,46	-21
Nordeste	418,20	211,57	-49
Norte	171,95	159,47	-7

Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE

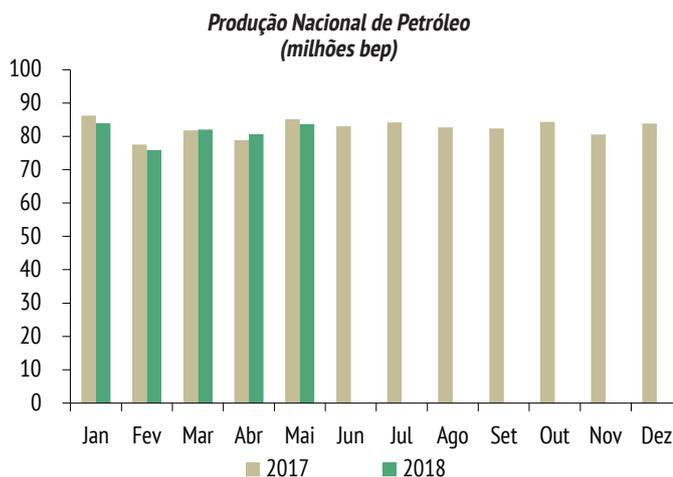
2. PETRÓLEO

2.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

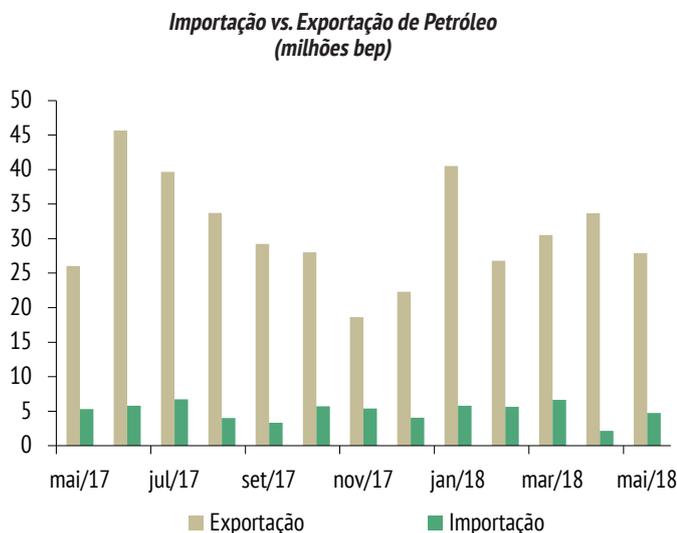
A produção nacional de petróleo, no mês de maio de 2018, foi de 83,7 milhões de barris equivalentes de petróleo (bep), volume 1,7% inferior ao produzido no mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, a produção foi 1% inferior ao ano anterior.

O grau API (escala que mede a densidade dos líquidos derivados do petróleo) médio do petróleo produzido em maio de 2018 foi de 27,2°, sendo que 39,1% da produção foi considerada óleo leve (maior ou igual a 31°API), 47,3% foi considerada óleo médio (entre 22°API e 31°API) e 13,6% foi considerado óleo pesado (menor que 22°API).

O volume correspondente ao processamento de petróleo nas refinarias nacionais, em maio de 2018, foi de 57,8 milhões bep. Esse volume foi 6,4% superior ao observado em maio de 2017. No acumulado do ano, o volume de processamento foi 3% inferior.

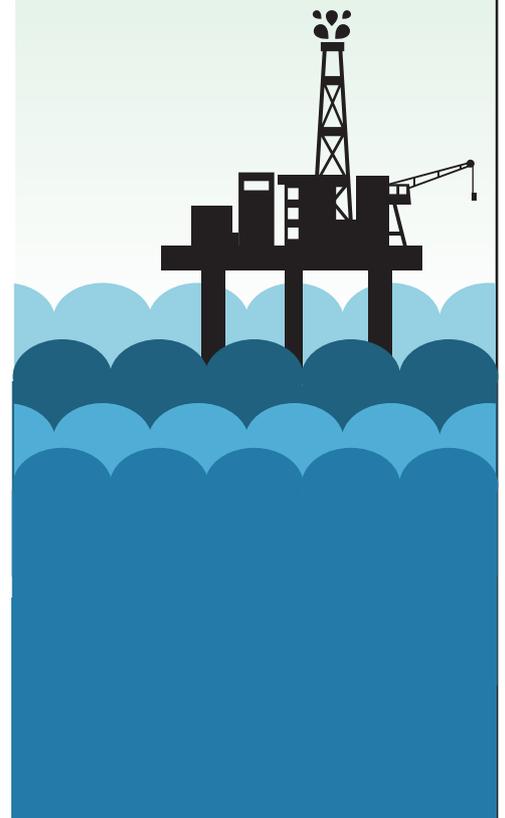


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

De acordo com a ANP, em maio de 2018, cerca de 95,7% da produção de petróleo do Brasil foi extraída de campos marítimos.



**Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado
(US\$ FOB/barril)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

O volume de petróleo exportado pelo País, em maio de 2018, foi de 27,9 milhões de bep, volume 7,2% superior ao exportado em maio de 2017. No acumulado do ano, o volume de petróleo exportado foi 4% inferior ao observado no mesmo período de 2017.

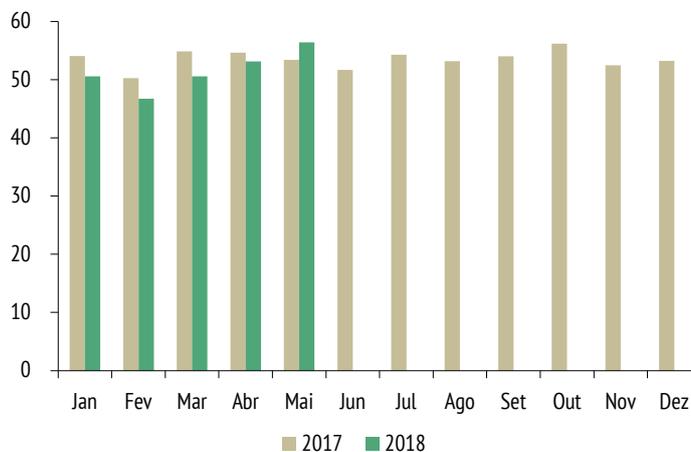
O preço médio do petróleo importado pelo País, em maio de 2018, foi de US\$ 70,81/barril, valor 31,9% superior ao observado em maio de 2017.

2.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

Em maio de 2018, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 56,4 milhões bep (1 bep equivale a 0,16 m³), volume 5,6% superior ao produzido em maio de 2017. No acumulado do ano, a produção nacional de derivados foi 4% inferior ao mesmo período do ano passado.

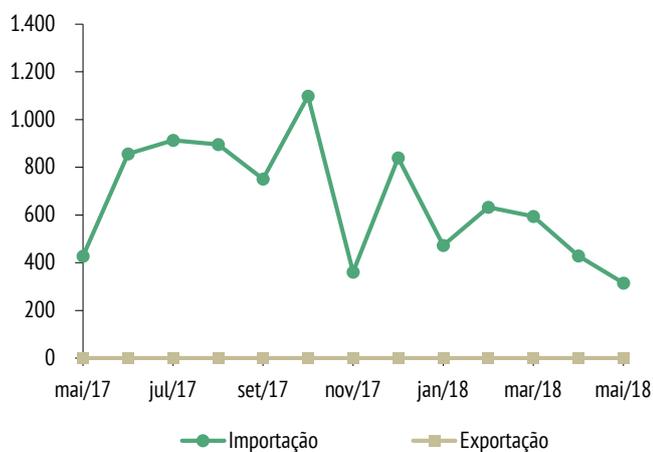
A importação de derivados de petróleo, em maio de 2018 foi de 10,6 milhões bep, valor 16,4% inferior ao registrado em maio do ano anterior. No acumulado do ano, a importação observada foi 6% inferior ao mesmo período do ano passado.

**Produção de Derivados de Petróleo
(milhões bep)**



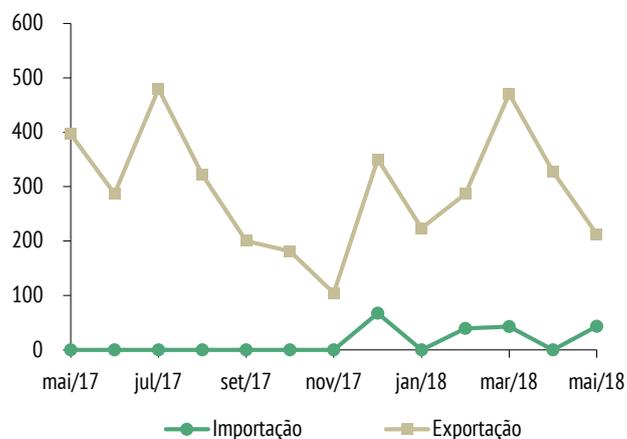
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Nafta
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

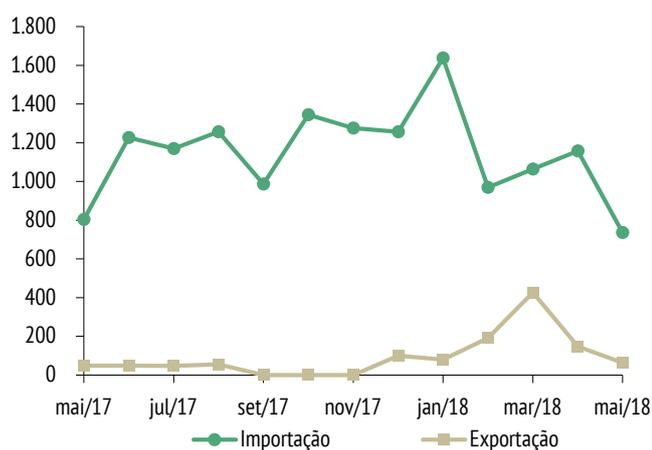
Importação e Exportação de Óleo Combustível
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

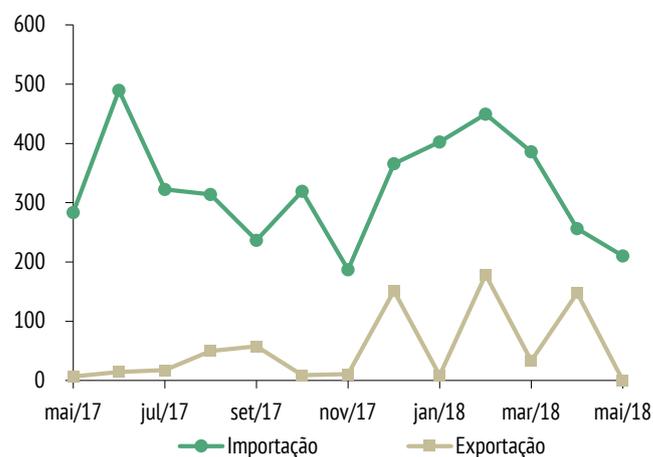
Com respeito à exportação de derivados de petróleo, em maio de 2018, foi constatado um total de 5,3 milhões bep, o que representa um volume 30,7% inferior ao observado no mesmo mês de 2017. No acumulado do ano, a exportação foi 3% inferior.

Importação e Exportação de Óleo Diesel
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Gasolina
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.3. Dependência Externa de Petróleo e Derivados (ANP).

Em maio de 2018, o Brasil registrou uma dependência externa negativa de 22% na balança comercial de petróleo e derivados. A importação de petróleo e derivados foi 15 milhões bep inferior à exportação de petróleo e derivados frente a um consumo aparente de 70 milhões de bep. Em maio de 2017, a dependência externa foi negativa em 8%. No acumulado do ano de 2018, foi observada uma dependência negativa de 34%.

Dependência Externa de Petróleo e Derivados (milhões bep)

	Maio/2017	Jan-Mai/2017	Maio/2018	Jan-Mai/2018
Produção de Petróleo (a)	80	369	85	410
Imp. Líq. de Petróleo (b)	-11	-86	-21	-147
Imp. Líq. de Derivados (c)	5	47	5	43
Consumo Aparente (d)=(a+b+c)	74	330	70	306
Dependência Externa (e)=(d-a)	-6	-39	-15	-103
Dependência Externa (e)/(d)	-8%	-12%	-22%	-34%

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.4. Balança Comercial de Petróleo e Derivados (ANP).

A balança comercial brasileira de petróleo e derivados, em maio de 2018, apresentou saldo positivo de US\$ 369 milhões FOB. Ou seja, o Brasil exportou US\$ 369 milhões FOB mais do que importou. No mesmo mês do ano anterior, esse saldo foi negativo de US\$ 23 milhões FOB. No acumulado do ano, a balança comercial de petróleo e derivados apresentou saldo positivo de US\$ 3.025 milhões FOB.

Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhão US\$ FOB)

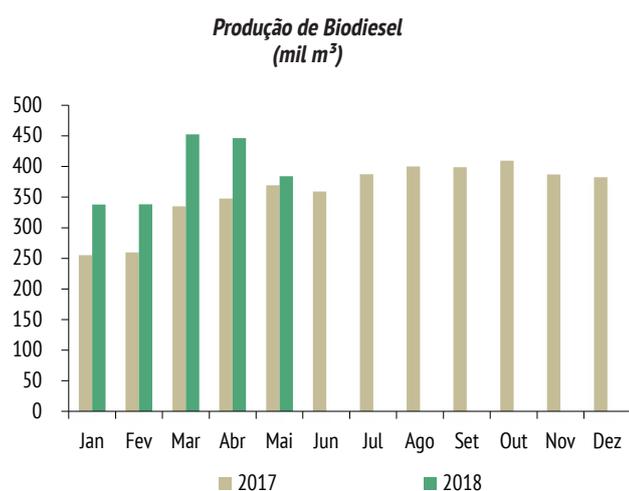
	Maio/2017	Jan-Mai/2017	Maio/2018	Jan-Mai/2018
Petróleo				
Receita com exportação (a)	533	3.068	1.084	7.233
Dispêndio com importação (b)	229	1.306	284	1.016
Balança Comercial (c)=(a-b)	304	1.762	800	6.217
Derivados				
Receita com exportação (d)	420	2.144	402	2.629
Dispêndio com importação (e)	747	5.105	833	5.820
Balança Comercial (f)=(d-e)	-327	-2.960	-430	-3.192
Petróleo e Derivados				
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	953	5.213	1.487	9.862
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	976	6.411	1.117	6.836
Balança Total (i)=(g)-(h)	-23	-1.198	369	3.025

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

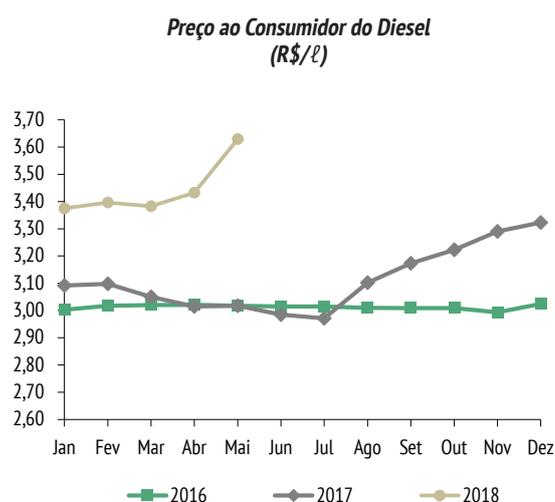
3. BIOCOMBUSTÍVEIS

3.1. Produção de Biodiesel (ANP)

A produção nacional de biodiesel, em maio de 2018, foi de 384 mil m³, montante 4% superior ao produzido em maio de 2017. No acumulado do ano, a produção de biodiesel foi 25% superior. O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em maio de 2018, foi de R\$ 3,329/ℓ, valor 20,3% superior ao observado em maio de 2017.



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

3.2. Álcool

3.2.1. Produção de Álcool e Açúcar (MAPA)

A safra 2017/2018 produziu, até o dia 31 de maio de 2018, 27,8 milhões de m³ de álcool, sendo 16,7 milhões de m³ referentes à produção de álcool etílico hidratado (60%). A produção total de álcool manteve o mesmo valor em relação ao mesmo período da safra anterior.

A produção de açúcar se manteve estável em relação ao mês anterior, até 31 de maio, produziu-se 37,9 milhões de toneladas de açúcar, volume 2% inferior ao observado no mesmo período da safra 2016/2017.

A nova safra 2018/2019, produziu, até 31 de maio de 2018, 6,4 milhões de m³ de álcool, volume 44% superior ao produzido no começo da safra 2018/2017. Já a produção de açúcar teve uma queda significativa de 6% em relação à safra anterior, totalizando 5,3 milhões de toneladas.

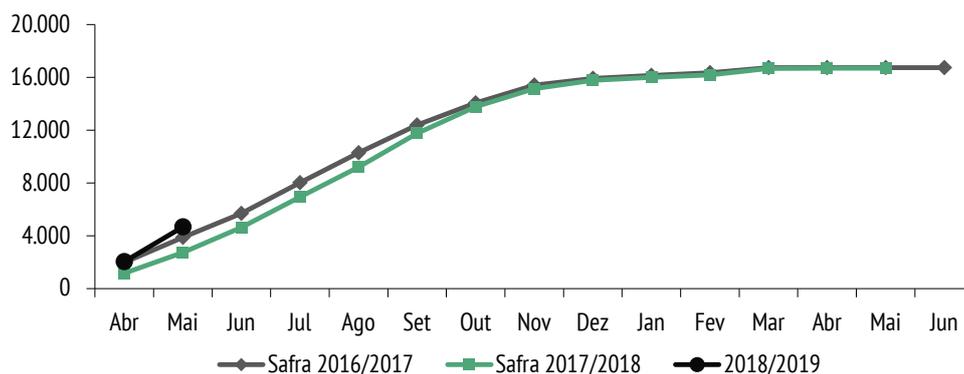
As safras se iniciam em abril e se encerram em junho do ano posterior. Assim, durante 3 meses se observam duas safras paralelas nos diferentes estados brasileiros.

Produção de Álcool e Açúcar - Valores Acumulados

	Safra 2016/2017 (até 30 de abril de 2017)	Safra 2017/2018 (até 30 de abril de 2018)	Variação (%)
Álcool Anidro (mil m ³)	11.075	11.087	0
Álcool Hidratado (mil m ³)	16.735	16.691	0
Total Álcool (mil m³)	27.810	27.778	0
Açúcar (mil ton)	38.772	37.889	-2

Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

Produção de Álcool Etílico Hidratado (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

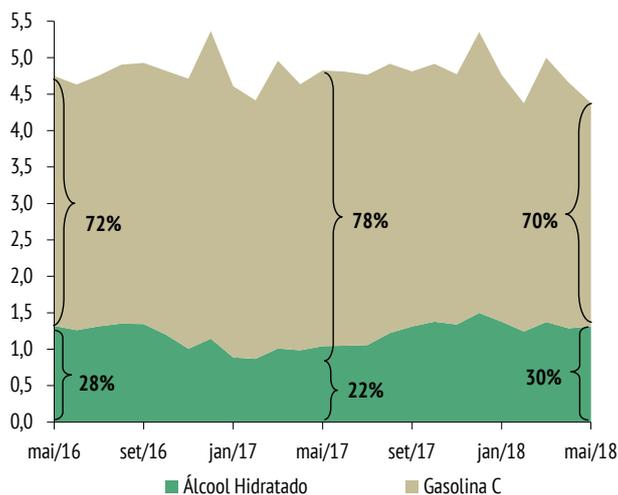
3.2.2. Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

As vendas de álcool etílico hidratado foram de 1,3 milhões m³ em maio de 2018. Esse número representa um aumento de 36% em relação ao volume vendido em maio do ano anterior.

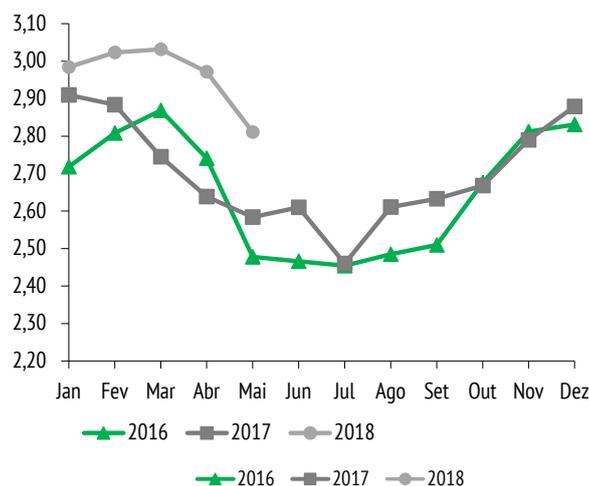
As vendas de álcool etílico hidratado representaram 30% do universo de vendas do álcool e da gasolina em maio de 2018. Essa participação foi 8% superior ao observado em maio do ano anterior.

Em maio de 2018, o preço médio ao consumidor do álcool etílico hidratado foi de R\$ 2,811/ℓ, valor 8,8% superior ao registrado no mesmo período de 2017.

Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C¹ (milhão m³)



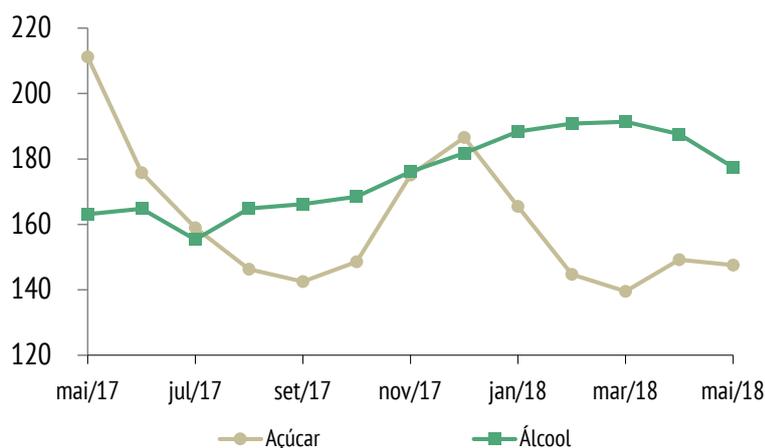
Preço ao Consumidor do Álcool Etílico Hidratado (R\$/ℓ)



¹Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro.
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Índice de Preço do Açúcar* e do Álcool Etílico Hidratado
(JAN/07 = 100)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ/USP.

* Foi considerado o preço do açúcar cristal observado no Estado de São Paulo, no 1º dia útil de cada mês, divulgado pela ESALQ/USP.

4. GÁS NATURAL

4.1. Produção, Importação e Oferta Interna de Gás Natural (ANP)

A produção nacional diária média de gás natural, em maio de 2018, foi de 104,8 milhões m³, representando um aumento de 5% comparado à média verificada em maio de 2017.

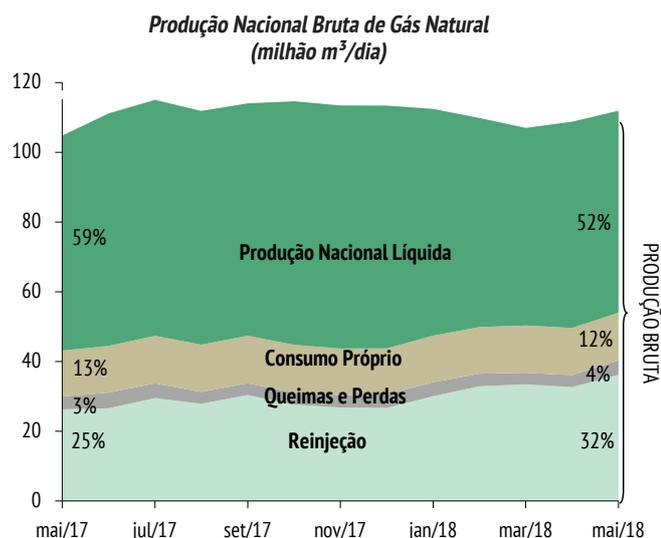
A importação de gás natural realizada pelo País, em maio de 2018, foi de 27,6 milhões m³/dia. A oferta total líquida desse energético, descontando o gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção, naquele mês, foi de 89,2 milhões m³/dia. Este montante é 7% inferior ao observado em maio de 2017.

A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 41% em maio de 2018. Em abril de 2017, essa proporção havia sido de 45%.

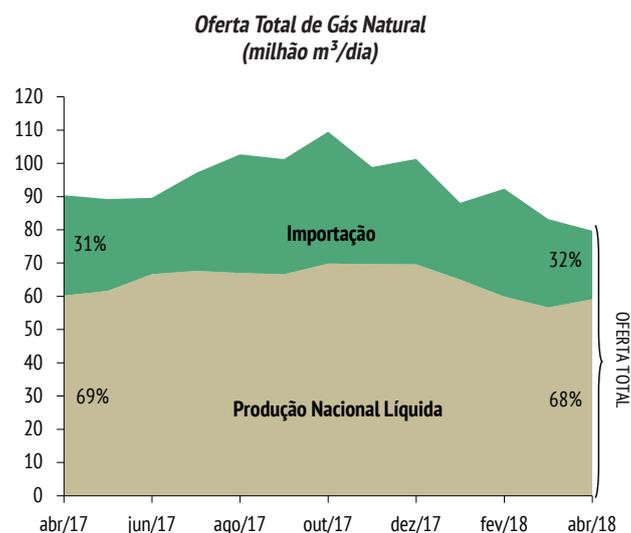
Balanço do Gás Natural no Brasil (mil m³/dia)

	Média em Maio/2017	Média do período Jan-Mai/2017	Média em Maio/2018	Média do período Jan-Mai/2018	Varição (%)
Produção Nacional¹	99.808	96.874	104.780	105.057	5%
- Reinjeção	27.976	28.924	26.253	27.162	-6%
- Queimas e Perdas	3.670	4.093	3.707	3.793	1%
- Consumo Próprio	12.779	12.492	13.165	13.352	3%
= Produção Nac. Líquida	55.383	51.364	61.655	60.750	11%
+ Importação	40.413	46.113	27.588	25.148	-32%
= Oferta	95.797	97.477	89.244	85.898	-7%

¹ Não inclui Gás Natural Liquefeito.
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

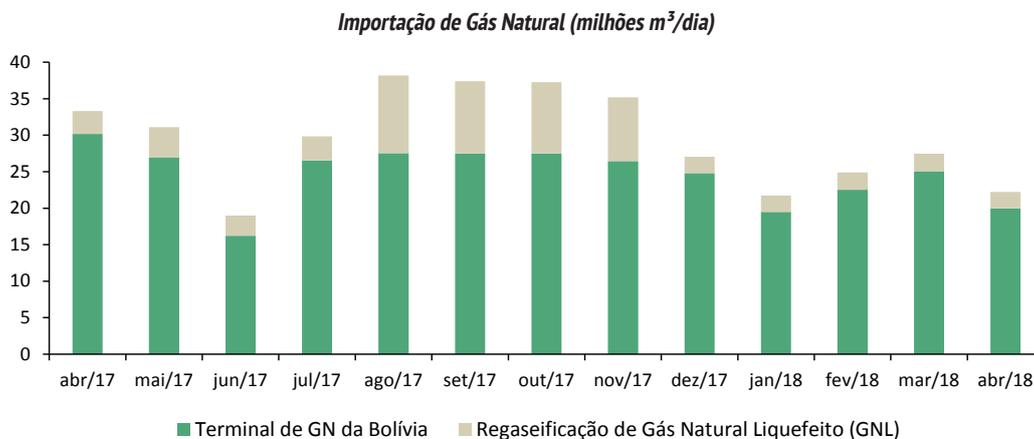


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

4.2. Importação Média de Gás Natural (MME)

A importação média de Gás Natural da Bolívia, em abril de 2018, foi de 20 milhões de m³/dia, volume 34% inferior ao observado no mesmo mês de 2017.

Em abril de 2018, a importação média de Gás Natural Liquefeito (GNL) totalizou 2,2 milhões m³/dia, volume 29% inferior ao montante observado no mesmo mês do ano anterior.



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia.

4.3. Consumo de Gás Natural (ABEGÁS)

O consumo de gás natural no país em maio de 2018 foi, em média, cerca de 59,5 milhões de m³/dia. Essa média é 5% inferior ao volume médio diário consumido em maio de 2017.

O setor industrial, em maio de 2018, consumiu cerca de 27,1 milhões de m³/dia de gás natural, volume 3% inferior ao apresentado no mesmo mês do ano anterior.

Consumo de Gás Natural por Segmento

	Médio (mil m ³ /dia)		Variação %	
	Mai/2017	Mai/2018	Mai-2018/Mai-2017	Acumulado no Ano
Industrial	27.815	27.084	-3	4
Automotivo	5.237	5.963	14	10
Residencial	1.289	1.287	0	8
Comercial	776	855	10	8
Geração Elétrica	22.154	20.633	-7	4
Co-geração*	2.747	2.652	-3	11
Outros	2.293	984	-57	-52
Total	62.311	59.458	-5	2

*O segmento co-geração contempla os consumos de co-geração industrial e co-geração comercial.

Fonte: Elaboração própria com dados da Abegás.

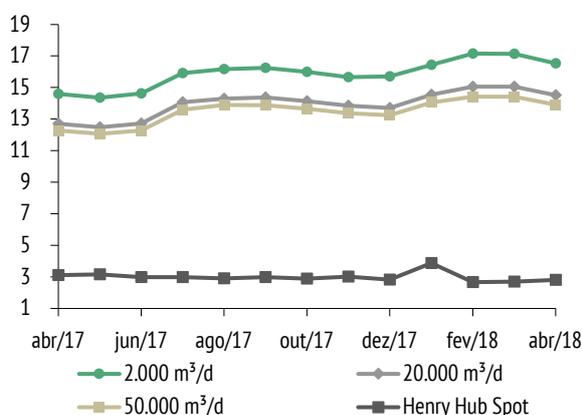
O setor industrial foi responsável por 46% do consumo de gás natural em maio de 2018. A geração elétrica foi o segundo maior setor em consumo, responsável por 35% do volume total de gás consumido no mesmo mês.

4.4. Preço do Gás Natural (MME)

O preço médio do gás natural ao consumidor industrial, em abril de 2018, foi de US\$ 14,98/MMBTU, valor 14% superior ao observado em abril de 2017 (US\$ 13,2/MMBTU). Esse valor inclui impostos e custos de transporte.

Em abril de 2018, o preço médio do gás natural no mercado spot Henry Hub foi de US\$ 2,80/MMBTU, valor 10% inferior ao apresentado em abril de 2017 (US\$ 3,10/MMBTU). Esse preço não inclui impostos, transporte nem margem do distribuidor e é estabelecido nos dias úteis em negociações para entrega do dia seguinte.

Preço Médio do Gás Natural: Consumidor Industrial¹ e do Mercado Spot Henry Hub² (US\$/MMBTU)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia e do Governo de Nebraska (EUA).

¹ Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.

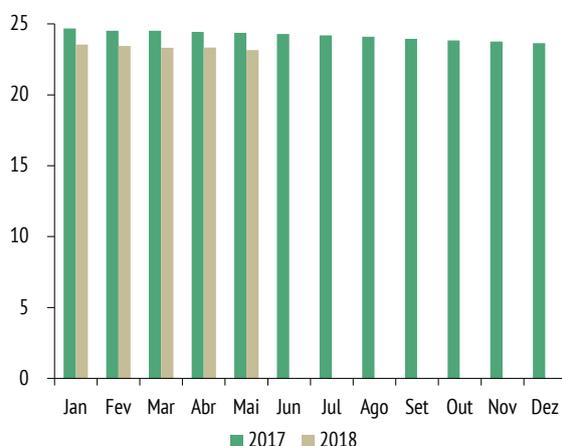
² Preço sem impostos e custo de transporte. Média ponderada mensal das cotações diárias.

5. TELECOMUNICAÇÕES

5.1. Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa (ANATEL)

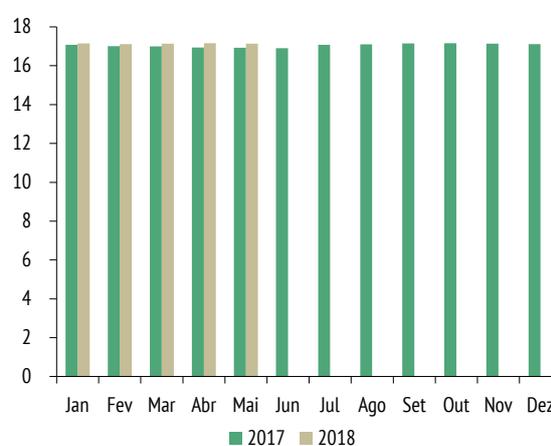
Os acessos fixos instalados são o conjunto formado pelo número total de acessos em serviço, inclusive os destinados ao uso coletivo, mais os acessos que, embora não ativados, disponham de todas as facilidades necessárias à entrada em serviço. O total de acessos fixos instalados em maio de 2018 foi de 17,1 milhões e tiveram um crescimento de 1,2% em relação ao registrado em maio de 2017. O total de acesso fixos em serviço reduziu para 23,2 milhões em maio de 2018, valor 5% inferior ao registrado em maio de 2017.

Acessos Fixos Em Serviço (milhões)



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

Acessos Fixos Instalados (milhões)

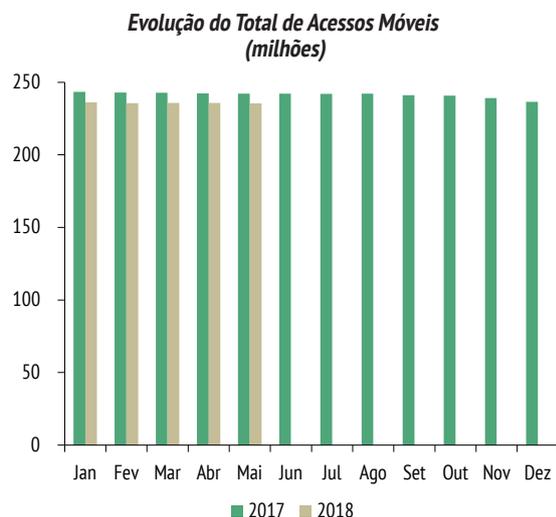


Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

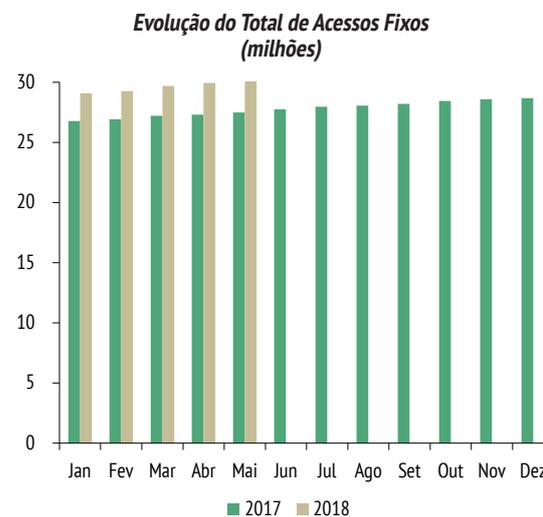
5.2. Serviços Contratados Ativos de Internet Móvel e Fixa (ANATEL)

O número total de acessos via telefonia móvel em maio de 2018 foi de 235,5 milhões, montante 3% inferior ao observado no mesmo período de 2017.

Os acessos totais de internet fixa tiveram um crescimento de 9% se compararmos com os valores de maio de 2017. Em maio de 2018 tivemos aproximadamente 30,1 milhões de acessos fixos enquanto que no mesmo período do ano anterior esse valor foi de 27,5 milhões.



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

6. TRANSPORTES

6.1. Portos Selecionados e Terminais de Uso Privativo (ANTAQ)

Em maio de 2018, a movimentação de granel sólido nos portos públicos e nos terminais de uso privativo (TUPs) foi 3% inferior em relação a maio de 2017. A movimentação de granel líquido foi 4% inferior ao movimentado no mesmo mês do ano anterior, enquanto a carga geral apresentou um valor 64% superior ao de 2017.

Os TUPs representaram 72% da movimentação total de carga nos portos e terminais em maio de 2018. A movimentação total nos TUPs foi de 60.755 mil toneladas, volume 4% superior ao observado em maio de 2017. Os portos públicos movimentaram 23.996 mil toneladas, volume 7% inferior em comparação com mesmo mês do ano anterior.

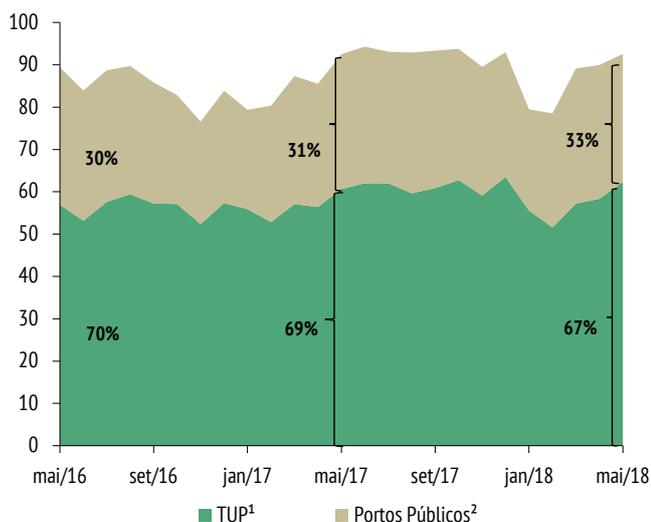
A quantidade de contêineres movimentados em todos os portos organizados e terminais privados do País, em maio de 2018, foi de 732 mil TEUs (twenty-foot equivalent unit), volume 3% superior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Movimentação Total de Cargas – por natureza* (mil t)

	Período		Variação %
	Mai/2017	Mai/2018	Mai-2018 / Mai-2017
Granel Sólido (a)	60.609	58.893	-3%
Portos Públicos	19.814	18.365	-7%
TUPs	40.795	40.528	-1%
Granel Líquido (b)	19.210	18.346	-4%
Portos Públicos	4.482	4.340	-3%
TUPs	14.727	14.005	-5%
Carga Geral Solta (c)	4.590	7.512	64%
Portos Públicos	1.621	1.291	-20%
TUPs	2.969	6.221	110%
Total (a+b+c)	84.409	84.751	0%
Portos Públicos	25.918	23.996	-7%
TUPs	58.491	60.755	4%

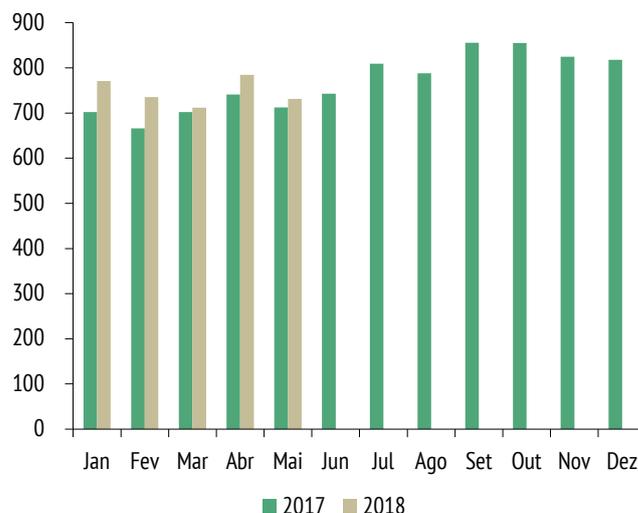
Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.
* Terminais de uso privativo (114 instalações).
Portos públicos (33 instalações).

**Movimentação Total de Cargas
(milhões t)**



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.
*Terminais de uso privativo (114 instalações).
Portos públicos (33 instalações).

**Movimentação Total de Contêineres*
(mil TEUs)**



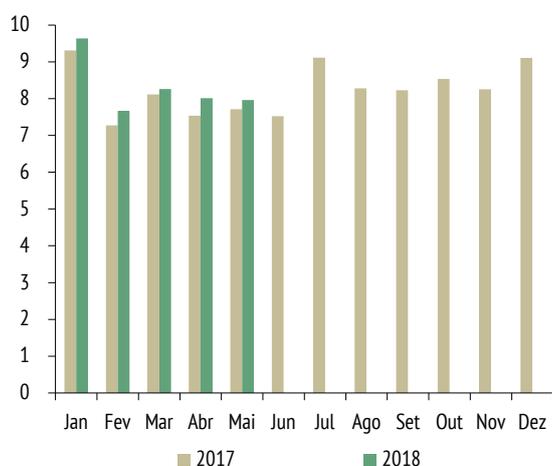
Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.
*Terminais de uso privativo (114 instalações).
Portos públicos (33 instalações).

6.2. Transporte Aéreo (ANAC)

A movimentação de passageiros pagos em maio de 2018, somando mercado nacional e internacional, foi de 7,9 milhões de passageiros, valor 3,2% superior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior. Os passageiros nacionais representam 92% da movimentação total de maio de 2018.

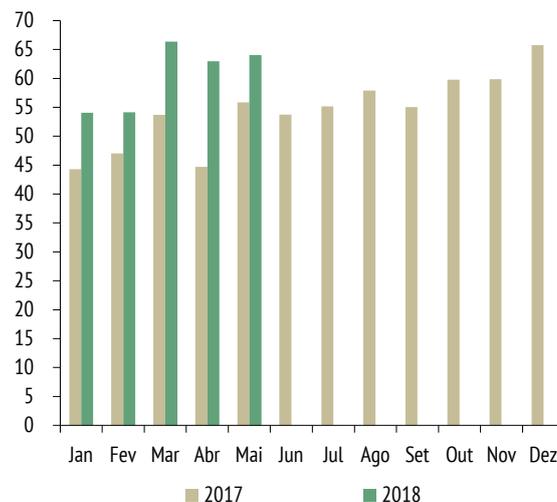
A movimentação de carga aérea total no País em maio de 2018, somando mercado nacional e internacional, foi de 64 mil toneladas, montante 12,8% inferior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior. A carga doméstica respondeu por 62% do total de cargas movimentado no período.

**Movimentação mensal de Passageiros
(milhões)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANAC.

**Movimentação mensal de Cargas
(mil t)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANAC.

6.3. Cargas Ferroviárias (ANTT)

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, em maio de 2018, foi de 48,1 milhões de toneladas úteis (TUs), valor 16% superior ao observado no mesmo período de 2017. A Carga Geral – Não Containerizada foi a que apresentou maior crescimento na movimentação de mercadorias transportadas por ferrovias (435%) enquanto que a Cimento apresentou maior retração (-4%). O minério de ferro correspondeu a 79% do total movimentado em maio de 2018.

Movimentação de Mercadoria nas Ferrovias

Ano	2017	2018	Variação (%)
	Maio (mil TU)	Maio (mil TU)	
Mercadoria			Mai-18 / Mai-17
Minério de Ferro	34.933	37.832	8
Soja e Farelo de Soja	2.559	4.312	69
Produção Agrícola (exceto soja)	1.094	1.261	15
Indústria Siderúrgica	618	1.229	99
Carvão/Coque	517	935	81
Combustíveis e Derivados de Petróleo e Álcool	520	680	31
Extração Vegetal e Celulose	285	517	81
Grãos Minerais	252	458	82
Container	288	309	7
Adubos e Fertilizantes	127	256	101
Cimento	207	199	-4
Indústria Cimenteira e Construção Civil	71	148	108
Carga Geral - Não Contein.	1	7	435
Total	41.472	48.142	16

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT.

6.4. Participação dos Modos de Transporte no Comércio Exterior (MDIC)

Em maio de 2018, a movimentação total de exportação e importação realizada no Brasil foi de 73,3 milhões de toneladas, volume 3% inferior ao averiguado em maio de 2017. As exportações totalizaram 62,1 milhões de toneladas, 85% do total.

Movimentação Total (exportação e importação) por modo

Modo	mil t		Variação (%)	
	Mai/2017	Mai/2018	Mai-2018 / Mai-2017	Acumulado do ano
Marítimo	72.114	43.450	-40	-11
Fluvial	1.455	1.141	-22	-9
Aéreo	97	181	87	24
Ferroviário	21	22	6	-13
Rodoviário	969	739	-24	-6
Outros*	822	27.748	3.275	865
Total	75.478	73.281	-3	-2

Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC.

*Linha de transmissão, tudo-conduto, postal, próprio, lacustre.

7. INVESTIMENTOS PRIVADOS EM INFRAESTRUTURA

7.1. Desembolsos do BNDES

Até o fechamento desta edição, o BNDES não havia atualizado os dados sobre desembolsos. Seguem as últimas informações disponíveis. Em março de 2018, o desembolso total realizado pelo BNDES na área de infraestrutura (refino e álcool, energia elétrica e gás natural, saneamento, telecomunicações e transporte) foi de R\$ 1.255 milhões, valor 20% inferior ao aportado em março de 2017.

Ao longo de 2018, o BNDES desembolsou R\$ 3,3 bilhões em infraestrutura, volume 87% inferior ao desembolsado em 2017 (R\$ 24,4 bilhões). O setor com maior queda foi o de telecomunicações com queda no investimento de 99% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Desembolso mensal BNDES

Setor	Março/2017 R\$ milhão	Março/2018 R\$ milhão	Variação (%)	Participação (%)
Refino e Álcool	114	47	-59	4
Energia Elétrica e Gás Natural	272	559	105	45
Saneamento	186	104	-44	8
Telecomunicações	568	6	-99	0
Transporte	436	540	24	43
Aéreo	0	0	-100	-
Aquaviário	69	44	-37	3
Terrestre	367	496	35	40
Total Infraestrutura	1.577	1.255	-20	100

Fonte: Elaboração própria com dados do BNDES.

8. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA UNIÃO (SIAFI)

8.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União (Tabela I)

A dotação total autorizada registrada no SIAFI para o Orçamento da União de 2018 é de, aproximadamente, R\$ 3,5 trilhões. Deste valor, aproximadamente R\$ 42,7 bilhões corresponderam à alínea “investimentos”, o que representa 1,2% do orçamento total de 2018.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes detém o maior orçamento de investimentos, em valor absoluto, R\$ 9,2 bilhões o que representa 21,6% da dotação total do órgão.

Do orçamento de investimentos da União para 2018, foram empenhados R\$ 22 bilhões, cerca de 64% da dotação autorizada até junho. No mesmo período foram liquidados R\$ 97 milhões. Foram pagos do orçamento aproximadamente R\$ 3,9 bilhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 16 bilhões.

8.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes (Tabelas I e II)

Do montante de R\$ 9,2 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes em 2018, foram empenhados, até junho, cerca de R\$ 5,9 bilhões (64% da dotação autorizada) e liquidados R\$ 1.349 milhões. Até junho de 2018, foram pagos do orçamento cerca R\$ 1.327 milhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, somam R\$ 3,7 bilhões.

Cerca de 80% dos recursos autorizados para investimentos do Ministério dos Transportes (R\$ 7,3 bilhões) estão destinados ao setor rodoviário. O restante está dividido entre os setores ferroviário (R\$ 729 milhões, ou 8%), portuário (R\$ 380 milhões), aeroportuário (R\$ 291 milhões), hidroviário (R\$ 188 milhões) e outros (R\$ 298 milhões).

8.3. Restos a Pagar – Orçamento de Investimentos (Tabela III)

O Ministério dos Transportes inscreveu, em 2018, cerca de R\$ 156 milhões em restos a pagar processados. A União inscreveu, aproximadamente, R\$ 3,7 bilhões de restos a pagar processados. Em relação aos restos a pagar não-processados, o Ministério dos Transportes tem R\$ 7,4 bilhões inscritos, enquanto a União tem R\$ 60,7 bilhões de restos a pagar não-processados inscritos para 2018.

Do volume total de restos a pagar inscritos pelo Ministério dos Transportes, 32% foram pagos em 2018 (excluídos os cancelamentos). No caso da União, os pagamentos correspondem a 19% do total de restos a pagar inscritos.

ANEXOS

Tabela I - Execução Orçamentária da União - OGU 2018
Investimentos - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 30/06/2018

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	769	171	22	15	2	13	2	168	181	561
MAPA	1.091	480	44	7	1	5	0	410	415	762
MCTI	554	209	38	74	13	49	9	129	178	340
MDIC	73	11	16	2	3	2	3	19	21	183
MME	77	10	13	2	3	2	3	20	23	22
M. Transportes	9.215	5.876	64	1.349	15	1.327	14	2.377	3.704	5.009
M. Comunicações	0	0	0	0	0	0	0	6	6	50
MMA	57	19	34	6	10	6	10	34	39	99
MDA	0	0	0	0	0	0	0	9	9	51
M. Defesa	7.494	5.756	77	951	13	925	12	1.384	2.309	2.326
M. Int. Nacional	4.055	1.730	43	262	6	232	6	975	1.207	5.329
M. das Cidades	3.945	2.521	64	203	5	203	5	730	932	10.601
Outros**	15.402	5.235	34	4.041	26	1.181	8	5.809	6.990	25.158
Total	42.731	22.017	52	97	0	3.945	9	12.070	16.015	50.492

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

** Inclui Câmara dos Deputados, Senado, TCU, STF, STJ, Justiça Federal, Justiça Militar, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Justiça do DF e Territórios, Ministério Público da União, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Previdência Social, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Social.

Tabela II - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes – OGU 2018
Investimentos – Por Modalidade

Valores em final de período - atualizados até 30/06/2018

R\$ milhão

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Aeroportuário	291	20	7	1	0	1	0	25	25	247
Ferrovviário	729	362	50	36	5	35	5	170	205	357
Hidroviário	188	77	41	3	1	2	1	48	50	209
Portuário	380	299	79	0	0	0	0	134	134	470
Rodoviário	7.328	4.926	67	1.256	17	1.241	17	1.863	3.104	3.475
Outros	298	193	65	53	18	48	16	138	186	251
Total	9.215	5.876	64	1.349	15	1.327	14	2.377	3.704	5.009

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela III - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2018**Restos a Pagar Processados****Restos a Pagar Não-processados**

Valores em final de período - atualizados até 30/06/2018

R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	156	0	73	82
União	3.665	258	787	2.620

Valores em final de período - atualizados até 30/06/2018

R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	7.371	140	2.304	4.926
União	60.743	1.589	11.283	47.872

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.